



Fernando J. B. Martinho

**TENDÊNCIAS DOMINANTES
DA POESIA PORTUGUESA
DA DÉCADA DE 50**

2.^a edição revista



Edições Colibri

O n.º 1 da revista *Pirâmide*, apresentada eufemisticamente como “antologia” para fugir às imposições censórias e administrativas que pesavam sobre as publicações periódicas (cf. Castro, 1984, pp. 58-59) – e por esse motivo *Pirâmide* se apresentava também como “cadernos de publicação não periódica” –, veio a público em Fevereiro de 1959, sendo organizadores da “antologia” Carlos Loures e Máximo Lisboa. Numa breve “notícia” junto do sumário, dava-se conta dos textos apresentados, chamando-se a atenção para o facto de a maioria deles serem inéditos (apenas “Além”, de Mário de Sá-Carneiro, e atribuído a Petrus Ivanovitch Zagoriansky, fora publicado no n.º 1 de *A Renascença* em Fevereiro de 1914, e não no n.º 3, como por lapso se diz na “notícia”, e, alguns anos depois, em *O heraldo* de Faro, e o manifesto de António Maria Lisboa tivera uma “primeira publicação em folha copiográfica [...] em 1956”, segundo refere Cesariny, cf. Lisboa, 1977, p. 393), ao mesmo tempo que se destacava a presença nas páginas da revista de três figuras tutelares da nova geração, duas, Sá-Carneiro e Raul Leal, representando o “*Movimento Orpheu*”, e a outra, António Maria Lisboa – de quem se dizia ser na altura, volvidos seis anos sobre a sua morte, uma “inacessível figura de herói, [...] colocado na primeira fila da poesia europeia” –, representando a 1.ª geração surrealista.

Ora, o artigo de abertura da revista era precisamente da autoria de uma figura – Mário Cesariny de Vasconcelos – da 1.ª fase surrealista, mais concretamente do Grupo Surrealista Dissidente, que os jovens reunidos em *Pirâmide* tinham como seus mais próximos modelos de intervenção. O texto de Cesariny, intitulado “Mensagem e ilusão do acontecimento surrealista” (*Pirâmide*, n.º 1, 1959, pp. 1-2), não pode ser lido como o manifesto da publicação, muito embora nela ocupe o lugar tradicionalmente reservado aos textos manifestários. Textos desse teor, veiculando as posições da geração que, então, se afirmava, vamos encontrá-los nos dois números subsequentes dos “cadernos”, subscritos por Máximo Lisboa (com dois textos, ocupando em ambos os casos o lugar simbólico geralmente atribuído ao manifesto), Carlos Loures e Manuel de Castro. O artigo de Cesariny, para além de visar o esclarecimento de um ou outro ponto referente à “poética” surrealista e ao “acontecimento surrealista 1949”, em Portugal, corresponde a um propósito

essencialmente polémico, que o leva a situar o “acontecimento” de que foi um dos mais destacados protagonistas no contexto da moderna literatura portuguesa. As forças que, no seu entender, dominavam o aparelho cultural português quando da irrupção do “acontecimento surrealista”, e o autor de *Manual de prestidigitação* aponta a *presença*, “a gente dos Cadernos de Poesia, último frondoso galho do liberalismo presenciata”, e a “escola dita neo-realista”, não estavam em condições de perceber o alcance de tal evento (nele, segundo Cesariny, não “puderam ver mais do que gáudio retardado”), uma vez que tinham passado “por baixo de uma poética [a surrealista] que em toda a Europa detinha a vanguarda e fornecera um móbil de libertação do espírito até então desconhecido a Ocidente”.

Um receio manifestado por Cesariny no seu artigo, e a que António Maria Lisboa logo na conferência-manifesto *Erro próprio*, em 1950, dera voz (cf. Lisboa, 1977, pp. 92-93), é o de que a instituição literária pudesse vir a recuperar o surrealismo, reduzindo-o a uma “técnica, tão abusiva como qualquer outra, de aproveitamento, pelo saber, do conhecimento que outrem engendrou”. A oposição “conhecimento” / “saber” fora, de resto, já aflorada no começo do texto, privilegiando Cesariny inequivocamente o primeiro termo desse par oposicional: “Para mim, pelo menos, permanece evidente que as tarefas do conhecimento – poético, na ocorrência – são únicas, pessoais e intransmissíveis, enquanto que as do saber, deduzidas daquelas, podem já ascender a leis e valorações que são filosofia, interpretação crítica [...]”. Também António Maria Lisboa, em *Erro próprio*, opunha, como oportunamente sublinhámos, o “Pensamento Poético”, para ele “o único com valor porque é o único interessado na Realidade que se nos apresenta num todo e não parcelada”, à Ciência, como “conhecimento parcelar”, e à Filosofia, “como conhecimento do Absoluto [...] pela Pura Especulação Racional” (Cf. Lisboa, 1977, p. 78).

Por outro lado, Cesariny, que lembra uma frase de A. M. Lisboa que os surrealistas portugueses não se cansarão de agitar como legenda máxima do seu programa (“É às palavras-actos, não às palavras que supõem actos, que me dirijo”) e que Máximo Lisboa logo escolherá para primeira epígrafe do texto-manifesto que subscreve no n.º 2 de *Pirâmide* (“Causas do determinismo antropolírico”, pp. 17-18),

insiste na ideia de que, na aventura surrealista, que, em última análise, visaria, qual alquimia, “a transubstanciação da matéria”, o mais importante não é escrever poesia: “Neste acto-entre-actos, que a metodologia do homem de ciência é a primeira, hoje, a conhecer, se haverá de situar o melhor da paixão surrealista, onde todas as coisas *foram* poetas e onde quase que nunca os que *fazem* poemas são ou serão o poema primordial”.

Um outro nome do Grupo Surrealista Dissidente chamado a colaborar no n.º 1 de *Pirâmide* era o de Pedro Oom, cujo poema “Um ontem cão”, já aqui analisado, viria a chamar a atenção para o Grupo do “Gelo” pela polémica provocada na imprensa (cf. Luiz Pacheco, “A *Pirâmide* & a crítica”, in *Pirâmide*, n.º 2, Junho de 1959).

***Tendências dominantes da poesia portuguesa da década de 1950*, Fernando José Baptista Martinho, Lisboa, Edições Colibri, 2013, 2.^a ed., pp. 88-90.**